



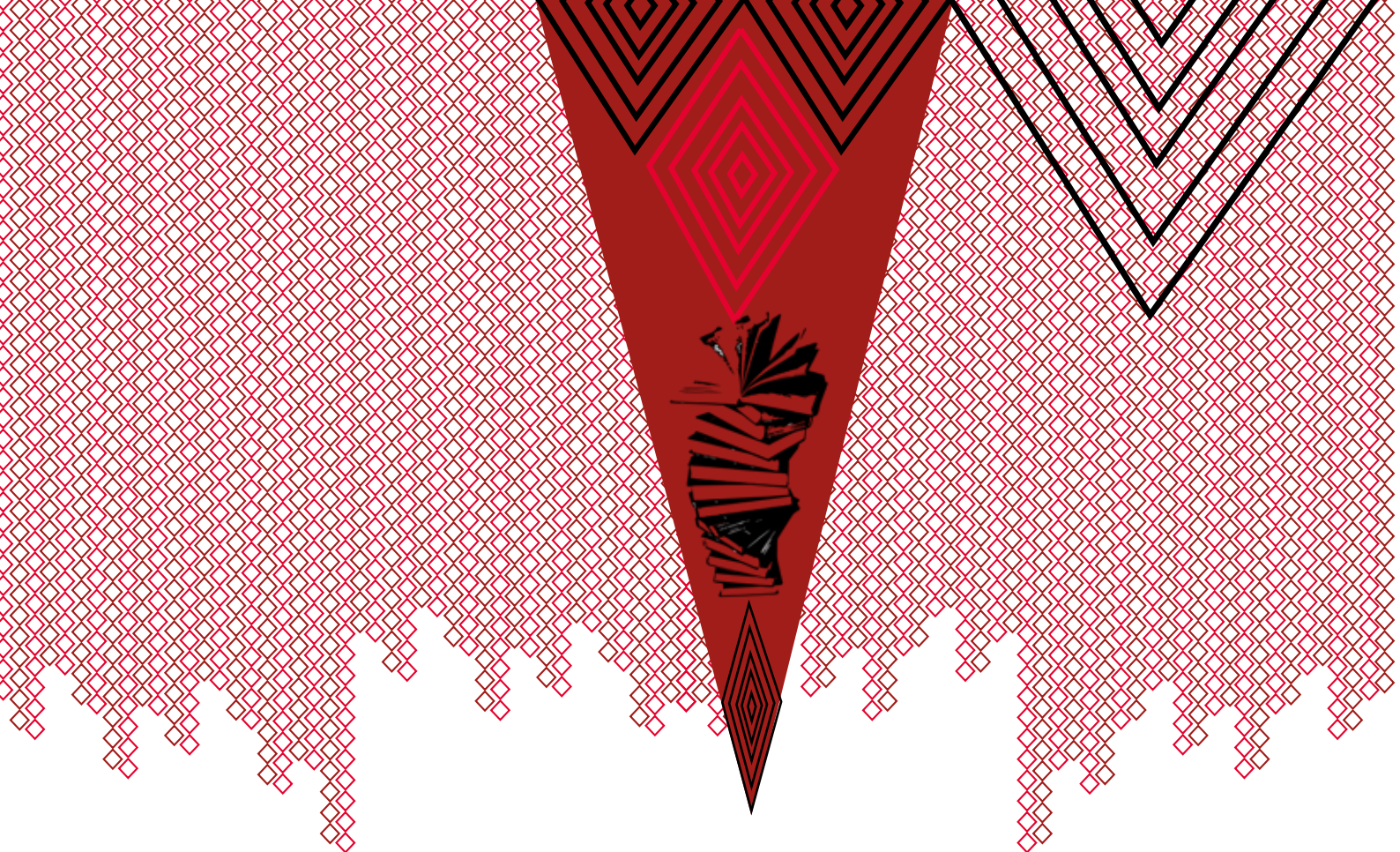
Práticas docentes: conhecimento(s) na construção de uma educação antirracista e plural

Erica Cristina Ferreira

EMEF Mitsutani I - Jornalista Paulo Patarra

Patrícia Cerqueira dos Santos

CEU EMEF Feitiço da Vila



A iniciativa de construir um momento de formação continuada sobre educação para as relações étnico-raciais surgiu do convite da gestão escolar da EMEF Mitsutani I - Jornalista Paulo Patarra à professora Erica Cristina Ferreira, com o objetivo de apresentar práticas educativas inspiradas na Lei nº 10.639/03, para promover a educação antirracista na escola. Sentindo a importância da ação coletiva, a professora retoma suas redes de contato, une pessoas de dentro e de fora da escola, para intensificar a implementação do ensino de história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas nas práticas cotidianas de sala de aula. Foram destacados como objetivos específicos: alinhar o conceito sobre as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/08; refletir sobre a concepção de inovação na educação, protagonismo dos

povos afro-brasileiros e indígenas na luta antirracista, que contribuirão para a realização do encontro “Práticas Docentes: conhecimento(s) na construção de uma educação antirracista e plural”.

Inspirada na filósofa brasileira Lélia Gonzalez, a professora Erica Ferreira apresenta sua proposta intitulada AME-FRICANA: respeita a nossa história, uma proposta de formação continuada de professoras(es), que visa desenvolver ações e produzir planos de aulas plurais e antirracistas em conjunto com profissionais da educação, pautadas pelas diretrizes curriculares e documentos orientadores para a educação básica.

Tomando emprestado do filósofo Daniel Munduruku (2012) o título de seu livro *O caráter educativo do movimento indígena*

brasileiro (1970-1990), fruto de sua tese de doutorado, a professora Patrícia Cerqueira propõe diálogos sobre o protagonismo dos povos indígenas na luta antirracista e a reeducação de nossos olhares, falas e práticas que possibilite a desconstrução de “equívocos” acerca dos povos indígenas no Brasil. A formação docente, seja ela inicial e/ou continuada, se coloca como necessária tanto para a implementação do ensino da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas quanto para que “a educação antirracista se concretize”, como salienta Monteiro (2006) no âmbito da educação básica.

A formadora Débora Silva é gestora de projetos e especialista em metodologias ativas, apresenta práticas educativas para uma educação antirracista, com propostas advindas do terceiro setor. Assim sendo, ensina a organizar curadorias com materiais digitalizados para o acesso à pesquisa na produção de suportes didáticos. Trabalhar com a inovação requer o uso de ferramen-

tas tecnológicas e mudança do olhar, auxiliando na reorientação das já cristalizadas práticas pedagógicas.

Diante do exposto, iniciamos a produção de propostas didáticas que contemplem as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 em conjunto com as formadoras e professoras Patrícia Cerqueira e Débora Silva. Também foram convidadas(os) docentes da EMEF Mitsutani I - Jornalista Paulo Patarra, para a apresentação de relatos de práticas, cujas atividades desenvolvidas em sala de aula estavam alinhadas com o Currículo da Cidade de São Paulo, no que se refere a trabalhar em nosso currículo integrador a temática da educação para as relações étnico-raciais durante todo o ano escolar.

A apresentação cultural do Grupo Ganzarandá, composto por Angela Matos, Erika Ribeiro e Karina Santos, levou a cultura popular brasileira para os espaços formais e não formais de educação, as produções são autorais e focadas no cotidiano, na maternagem e em experiências de vida.

Professoras(es) participante	Componentes	Tema	Intencionalidade
Maria Aparecida da Silva	Sala de leitura	Valores Civilizatórios afro-brasileiros	• Momento de escuta ativa; • Propor que as(os) professoras(es) criem e compartilhem as experiências e as práticas implementadas aos saberes afro-brasileiros em suas aulas.
Paula Gomes da Cruz	Sala de leitura	Jogo de tabuleiro Mancala	• Apresentar o jogo Mancala ao grupo escolar; • Aprender as regras e jogar; • Partilhar as sensações em grupo.
Vivian Francini	Artes	Identidades: Cor de pele? Cor de pele de quem?	• Valorização da identidade; • Releitura da obra Pandeiro, de Heitor dos Prazeres.
Fábio Roberto Ferreira Barreto	Português	Das ruas para a escola: as linguagens do hip-hop como didáticas de letramento	• Estimular a ler e a escrever, a partir da cultura Hip Hop; • Apreçar a arte contemporânea em diferentes espaços.



A existência das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 não garante sua implementação no ambiente escolar, mas nos faz enxergar a necessidade de trabalharmos com um currículo conectado à vida social, no qual Gomes (2012) propõe olharmos para a perspectiva de descolonização dos currículos, a partir das rupturas epistemológicas e culturais ocorridas pelas transformações sociais no território.

Por isso, objetivamos apresentar práticas de percepções do olhar docente (mesmo que sejam pequenas e, por vezes, complexas) para, a partir delas, transformá-las em ações críticas em sala de aula, de maneira que tais ações contribuam com práticas antirracistas no espaço escolar.

Um currículo descolonizado e plural, alinhado às temáticas referentes à educação para as relações étnico-raciais, está em consonância às ações do trabalho docente, é fortalecedor na construção e trocas de saberes plurais das crianças, jovens e adultos que passam pela escola e das(os) professoras(es) que se mantêm em movimento neste espaço.

Tais trocas de saberes não promovem apenas a identificação e o pertencimento escolar desses sujeitos sociais, mas, sobretudo, trazem sentido quando são incluídas na compreensão histórica da diversidade étnico-racial brasileira.

Assim, quando toda a comunidade escolar tem acesso a informações, saberes plurais, referências não hegemônicas sentem-se identificadas e fortalecidas para que cada pessoa possa ser, sonhar, criar, produzir, conquistar e se realizar na sociedade em que está inserida.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A herança cultural indígena, ou cinco ideias equivocadas sobre os índios. In: **Cineastas indígenas: um outro olhar: guia para professores e alunos.** Olinda, PE: Vídeo nas aldeias, 2010. p. 18 a 38.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

MONTEIRO, Rosana Batista. Licenciaturas. *In: Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006. p. 119-130.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro** (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Componente Curricular: História**. 2. ed. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Componente Curricular: Geografia**. 2.ed. São Paulo: SME/COPED, 2019.

